

ESTUDOS

Métodos de revisão em publicações em educação no Brasil: usos e silêncios (2000-2016)

Antonia Almeida Silva^I

Elizabeth Pereira Barbosa^{II}

<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.106.6482>

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que problematizou os estudos de revisão na área de Educação e que foi referenciada pela revisão sistemática, cujo objetivo é identificar e analisar as evidências das pesquisas, em um conjunto pré-determinado de fontes, conforme critérios específicos. O estudo empreende uma compreensão social dessa tipologia e busca ultrapassar a sobreposição entre os métodos quantitativos e qualitativos. O *corpus* foi constituído por três modalidades de publicações, no período 2000-2016: livros, artigos de revistas nacionais cadastradas na Scielo e a Série Estado do Conhecimento, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Os critérios para a composição do *corpus* incluíram a presença de termos alusivos à revisão e/ou análise bibliográfica no título e nas palavras-chave dos textos fontes. Ao todo foram mapeadas 113 publicações e, nesse universo, o recorte proposto deu relevo a 37 delas, em face do distanciamento observado quanto aos regramentos compartilhados pela literatura especializada que balizou a pesquisa relatada. Evidenciou-se que, apesar do uso crescente dos métodos de revisão, nem todas as produções compartilham os aspectos sinalizados em parte importante da bibliografia, inclusive quanto às tipologias, suas diferenças e seus usos no campo da Educação. Isso resulta em níveis diferentes de profundidade, notadamente quanto à problematização das concepções de pesquisa em disputa.

Palavras-chave: pesquisa em Educação; metodologia de pesquisa; métodos de revisão.

^I Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana, Bahia, Brasil. *E-mail*: <antoniasilva@uefs.br>; <<https://orcid.org/0000-0002-6790-7761>>. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

^{II} Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana, Bahia, Brasil. *E-mail*: <beteuefs@uefs.br>; <<https://orcid.org/0000-0002-0512-4374>>. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Abstract

Review methods in Brazilian educational publications: applications and silences (2000-2016)

The following work presents the results of our research in the field of review studies, in which we apply the systematic review method to identify and analyze evidence found by a selected number of predetermined set of sources, which were chosen by specific criteria. The study undertakes a social comprehension of this typology and seeks to overcome the overlap between quantitative and qualitative methods. The corpus consisted of three types of publications, in the period from 2000 to 2016 – books, essays from national journals registered with SciELO, and the Estado do Conhecimento series, prepared by the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep). Criteria for corpus composition included the presence of terms alluding to review and/or bibliographic analysis in the title and keywords of the source texts. A total of 113 publications were mapped, and within this universe, the proposed selection highlighted 37 of them, given the distance observed in relation to the rules shared by the specialized literature that guided the reported research. It became evident that, despite the increasing usage of review methods, not all publications share the aspects featured in a significant part of the bibliography, including typologies, their differences, and their applications in the field of education, thus, resulting in different levels of depth, notably in terms of the problematization of competing research concepts.

Keywords: research on education; research methodology; review methodology.

Resumen

Métodos de revisión en publicaciones sobre educación en Brasil: usos y silencios (2000-2016)

Este artículo presenta los resultados de una investigación que cuestionó los estudios de revisión en el área de educación, y que fue referenciada por el marco de la revisión sistemática, cuyo objetivo es identificar y analizar las evidencias de las investigaciones, dentro de un conjunto predeterminado de fuentes, según criterios específicos. El estudio propone una comprensión social de esta tipología y busca superar la superposición entre los métodos cuantitativos y cualitativos. El estudio estuvo constituido por tres modalidades de publicaciones, en el periodo 2000-2016: libros, artículos de revistas nacionales registradas en el portal científico Scielo y la Serie Estado del Conocimiento, del Instituto Nacional de Estudios e investigaciones Anísio Teixeira (INEP, por sus siglas en portugués). Los criterios para la composición del corpus incluyeron la presencia de términos alusivos a la revisión y/o análisis bibliográfico en el título y en las palabras claves de los textos de las fuentes. En total fueron mapeadas 113 publicaciones y, en este universo, el recorte aquí propuesto destacó 37 de éstas, dada la distancia observada respecto de las reglas compartidas por la literatura especializada que sirvió de base para la investigación aquí reportada. Se evidenció que, a pesar del uso cada vez mayor de los métodos de revisión, ni todas las producciones comparten los aspectos señalados en parte importante de la bibliografía, incluso las tipologías, sus diferencias y usos en el campo de la educación. Esto resulta en niveles diferentes de profundidad en el tratamiento de los textos fuentes, notablemente con respecto a la problematización de las concepciones de investigación en disputa.

Palabras clave: investigación en educación; metodología de investigación; métodos de revisión.

Introdução

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa que problematizou o uso dos métodos de revisão em Educação e suas implicações metodológicas. Estudos dessa natureza vêm sendo reportados como fundamentais para a iniciação à pesquisa, bem como para a produção de sínteses que iluminem as tendências, fomentem o distanciamento dos modismos e tragam contribuições para a superação de lacunas em enfoques das áreas do saber. Apesar do uso crescente desse tipo de pesquisa em áreas diversas, sobretudo em Saúde, elas ainda não ocupam grande destaque em Educação, principalmente no que tange à análise de características, tipologias e modos como vêm sendo apropriadas. A pesquisa foi referenciada pelos marcos da revisão sistemática, cujo objetivo é identificar e analisar as evidências das pesquisas, dentro de um conjunto determinado de fontes e de procedimentos específicos, os quais englobaram a definição de um *corpus*; as estratégias de busca das fontes; a triagem e seleção dos dados à luz dos critérios de inclusão e exclusão; a caracterização e avaliação dos textos fontes em ficha elaborada para esse fim; a análise e síntese dos dados. Embora o foco central das revisões dessa natureza sejam os resultados, no caso desta pesquisa assumiu-se um enfoque social crítico, o qual confronta os esquemas interpretativos que intentam subjugar o campo científico ao utilitarismo ou ao relativismo. No sentido atribuído por Ramos, Faria e Faria (2014, p. 22), a revisão sistemática caracteriza-se “por empregar uma metodologia de pesquisa com rigor científico e de grande transparência, cujo objetivo visa minimizar o enviesamento da literatura”. Conforme indicado por Vosgerau e Romanowski (2014), as classificações mais correntes dos estudos de revisão têm sido ordenadas em dois grupos: os estudos que mapeiam e os que avaliam e sintetizam. Tal ordenamento tem se encaminhado para a exclusão mútua entre esses grupos de estudos. Na proposição aqui apresentada, contudo, procura-se articular e fazer conversar os universos do mapeamento, da avaliação e da síntese (Jacomini *et al.*, 2023). Para isso, deu-se relevo ao enfoque metodológico e às características das produções, tendo em vista a valorização de suas diferenças e os critérios de análises e de produção de sínteses.

O *corpus* foi constituído por três modalidades de publicações, no período entre 2000 e 2016, a saber: livros, artigos de revistas nacionais cadastradas no portal *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e a Série Estado do Conhecimento, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A Série Estado do Conhecimento foi mapeada diretamente no *site* do Inep ([2014]), bem como os livros, os quais foram identificados no catálogo da Biblioteca do Inep (c2025). O título constituiu o primeiro indicador de inclusão/exclusão, tomando como indícios a presença de termos alusivos à revisão e/ou análise bibliográfica. A leitura dos resumos e das palavras-chave ocorreu nessa etapa de mapeamento das produções, sempre que surgiram dúvidas quanto à aderência do trabalho aos propósitos da pesquisa. No caso dos livros, a ausência de resumos levou à ampliação dos descritores, entre os quais se encontram: levantamento bibliográfico, revisão de literatura, revisão bibliográfica, Estado da arte, Estado do conhecimento, Revisão sistemática, Revisão integrativa, Síntese de evidências qualitativas, Metassíntese qualitativa, Meta-análise, Estudo de revisão, Produção intelectual, Produção acadêmica. Para o mapeamento de produções, em qualquer das modalidades selecionadas (artigos, Série Inep ou livros), os descritores não foram acrescidos do termo *educação*, para que fossem exploradas todas as possibilidades de títulos; aqueles relacionados à área da Educação foram destacados do conjunto dos trabalhos que emergiram (Jacomini *et al.*, 2023).

As publicações mapeadas, inicialmente, foram analisadas por duplas que procederam à leitura integral e à descrição dos textos fontes em ficha própria, constituída por uma dimensão mais objetiva e outra direcionada para aspectos mais abertos. A primeira dimensão incluiu aspectos como:

referência bibliográfica completa, agência de financiamento, *corpus* analisado no trabalho, objetivo, tipo de estudo de revisão, metodologia e principais conclusões, conforme as declarações presentes nas produções. A segunda parte da ficha incluiu as contribuições para o debate sobre a temática e a relação com os estudos de revisão, com base em Vosgerau e Romanowski (2014), Ramos, Faria e Faria (2014), Gough, Thomas e Oliver (2012) e Sousa, Wainwright e Soares (2019).

Chegou-se a um total de 113 produções, as quais foram classificadas quanto às tipologias de revisão em 27 agrupamentos, considerando a autodeclaração dos autores e das autoras. Em um volume expressivo de trabalhos, contudo, não constou a tipificação de forma explícita: 37 ao todo, correspondendo a 32,74% da produção mapeada, o que chamou atenção não só pelo volume, mas pelos sentidos que esse fato pode revelar acerca do crescente uso desses métodos. Destarte, este artigo deu relevo a esse grupo específico de publicações, com intuito de identificar os sinais que elas emitem quanto aos movimentos de aproximação/distanciamento com a caracterização dos estudos de revisão e as relações com os desafios de formar consensos básicos em torno das tipologias e possíveis relações com a dimensão coletiva da pesquisa. Os estudos foram categorizados por temáticas, tipologias de revisão declaradas nos textos fontes e suas características. A análise dos dados deu relevo a essas categorias, tendo como critério fundamental o confronto entre o silêncio e a explicitação dos desenhos metodológicos, notadamente quanto às regras e aos procedimentos que mediarão a aproximação com o objeto, no âmbito dos estudos selecionados. Em todo caso, a dimensão coletiva do processo de produção de conhecimento foi um referente para a abordagem social que orientou a pesquisa, aspecto que perpassa toda a incursão.

Assumiu-se como referencial analítico, além dos pressupostos dos estudos de revisão apresentados por Vosgerau e Romanowski (2014), Ramos, Faria e Faria (2014), Gough, Thomas e Oliver (2012), Hammersley (2007), e o conceito de campo em Bourdieu (1996, 2004), de modo a cotejar considerações mais amplas sobre o fazer científico e seus usos.

Além desta Introdução e das Considerações finais, o texto compreende mais duas seções: uma que problematiza os parâmetros científicos e suas interfaces sociopolíticas, procurando situar a emergência dos estudos de revisão, suas características e tipologias, bem como as relações com o campo da Educação; outra que caracteriza e analisa os 37 trabalhos que se abstiveram de explicitar a tipologia de revisão, entre as 113 produções mapeadas, conforme os critérios acima mencionados.

Parâmetros científicos e disputas sobre os estudos de revisão

A integração da pesquisa com a vida social não é uma questão nova nas agendas políticas e científicas, embora não se possa falar em consenso entre as diferentes forças mobilizadas em seu favor. A produção de conhecimento, nesse sentido, constitui-se uma prática social polimorfa, em razão de seu caráter multifacetado e suas manifestações nos direcionamentos quanto aos métodos, aos paradigmas e seus aspectos simbólicos em torno da realização de projetos de sociedade. Porquanto, assumiu-se neste estudo que o método se refere ao conjunto de regras e procedimentos que favorecem a construção de mediações nos movimentos de aproximação do(a) pesquisador(a) com o objeto, ao passo que os paradigmas dizem respeito à relação entre teoria, processos científicos e cosmovisão de mundo que os articula metodologicamente. Na teoria social de Bourdieu (1996), isso se revela pelo entrelaçamento do método com a posição política do pesquisador e as possibilidades de transformação da realidade. Em seu entender,

Todo campo social, seja o campo científico, seja o campo artístico, o campo burocrático ou o campo político, tende a obter daqueles que nele entram essa relação com o campo que chamo de *illusio*. Eles podem querer inverter as relações de força no campo, mas, por isso mesmo, reconhecem os alvos, não são indiferentes. Querer fazer a revolução em um campo é *concordar com o essencial do que é tacitamente exigido* por esse campo, a saber, *que ele é importante, que o que está em jogo aí é tão importante a ponto de se desejar aí fazer a revolução*. (Bourdieu, 1996, p. 140, grifo nosso).

Concordar com o essencial, nesse sentido, é parte das decisões a serem assumidas na luta pela obtenção da adesão da opinião pública em torno dos pressupostos teóricos e ideológicos, ainda que tais lutas nem sempre ocorram explicitamente. Nesse diapasão, longe de questionar a importância da diversificação teórica e metodológica, interessa-nos dar relevo aos elos entre as lutas políticas em cena e os parâmetros de cientificidade, como parte do jogo sutil entre opositos dispostos a fazer a revolução, a partir dos seus espaços de atuação nos campos de poder, no sentido assinalado por Bourdieu (1996).

Certamente, as dimensões política e social da pesquisa são como vias de mão dupla, que tanto podem conduzir a aproximações com dilemas reais do mundo que nos envolve, quanto nos enredar nas armadilhas dos esquemas interpretativos, especialmente quando subjugados ao utilitarismo ou ao relativismo. A crítica inespecífica à normatividade, como propõem alguns esquemas interpretativos, longe de fazer avançar o campo, pode servir não somente para legitimar a negação da ciência, mas também para encobrir a sua especificidade diante de outras formas de saber – algumas, inclusive, que não necessariamente precisam ou devem passar pelo crivo científico. O que se advoga aqui, portanto, é que o emprego dos métodos de revisão, incluindo as revisões sistemáticas, envolve a sua crítica, enquanto parte e expressão das lutas nos campos social e científico, mas isso não se confunde com a indiferença àquilo que é tacitamente exigido. O posicionamento das escolhas realizadas pelos pesquisadores emerge nesse movimento como condição fundamental para o jogo de constituição do campo e a tessitura de estratégias para revolucioná-lo. Exemplo importante dessas lutas pode ser localizado na adesão e subordinação das práticas científicas aos interesses de governos, como temos visto em relação a algumas pesquisas informadas por evidências, incluindo parte dos estudos de revisão sistemática. Deve-se lembrar de que, desde os movimentos de superação das crises associadas à Segunda Guerra, a correlação entre a produção de conhecimento e seus usos nas decisões de governo vem ganhando mais e mais repercussão. Souza (2006) associa esse processo a um novo ciclo de crítica às ciências e à emergência de estudos em políticas públicas subordinados às demandas de governo, sob a influência da teoria dos jogos.

Seu introdutor no governo dos EUA foi Robert McNamara, que estimulou a criação, em 1948, da RAND Corporation, organização não-governamental financiada por recursos públicos e considerada a precursora dos *think tanks*. O trabalho do grupo de matemáticos, cientistas políticos, analistas de sistema, engenheiros, sociólogos etc., influenciados pela teoria dos jogos de Neuman, buscava mostrar como uma guerra poderia ser conduzida como um jogo racional. A proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e às decisões do governo sobre problemas públicos se expande depois para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social (Souza, 2006, p. 23).

Mais recentemente, pesquisadores de nações economicamente influentes têm propagado que a política baseada em evidências é uma abordagem superior para tomar decisões, dadas as supostas vantagens em relação a formas meramente políticas ou ideológicas (Verger, 2019). Esse tipo de

entendimento vem sendo incrementado em diferentes níveis e áreas de saber, notadamente por meio de redes internacionais, a exemplo da Campbell Collaboration, que tem se destacado na defesa de uma orientação científica mais prática e, ao mesmo tempo, mais controlada. Essa organização, estabelecida desde 1999, como situa Davies (2007), foi inspirada no trabalho da Cochrane Collaboration e busca, mediante pesquisas informadas por evidências,

[...] auxiliar os formuladores de políticas, os profissionais e o público a tomar decisões bem informadas sobre a aplicação de políticas, preparando, mantendo e disseminando revisões sistemáticas da eficácia de intervenções sociais e comportamentais na educação, em criminalidade e justiça e bem-estar social. (Davies, 2007, p. 31).¹

Como relata o próprio Davies, a Campbell Collaboration tem em mira a promoção e difusão de revisões sistemáticas, as quais reúnem características específicas e “[...] podem determinar quais evidências foram avaliadas, como foram diagnosticadas criticamente e como foram interpretadas e apresentadas” (Davies, 2007, p. 33). Parte dos estudos baseados em evidências, a exemplo das revisões sistemáticas, indica grande preocupação com a validade interna e externa, sobretudo com os usos sociais dos resultados. Daí a sua diversificação quanto aos recursos metodológicos, procurando vencer relações de sobreposição entre métodos quantitativos e qualitativos.

Os estudos de revisão não distam desses debates e estão fortemente associados à problematização das práticas científicas e dos seus usos, buscando, por um lado, imprimir rigor e objetividade, mas, por outro, fornecer parâmetros de segurança para a tomada de decisões, seja no plano clínico (evidências como método nas pesquisas em saúde) ou no plano da gestão pública (subsídios aos governos). Essa visão, todavia, está longe de representar consenso, como denota Hammersley (2007), mas antes sinaliza para uma questão crucial nas humanidades: o cuidado com as noções de ciência que minimizam a complexidade do mundo social e, por conseguinte, buscam enquadramentos ilusórios daquilo que a ciência pode responder. Em Educação, iniciativas como essas nascem associadas à crítica sobre a fraca acumulação de conhecimentos da pesquisa na área e seu suposto distanciamento dos desafios dos sistemas educacionais, como propagado em algumas formulações oriundas não só dos próprios aparatos oficiais (a exemplo do que se observa no Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020), mas de instituições que buscam se firmar em nome de um fazer científico mais objetivado em resultados, combinado à difusão e formação de opinião pública em torno das noções de responsabilização e gerencialismo. Não obstante, como adverte Hammersley (2007), a preocupação excessiva com a responsabilização pública tem se revelado como parte de um movimento que mobiliza forças políticas diversas em torno de pressupostos de pouco domínio para a maioria da população. Assim, a noção de “nova gestão pública”, que tem agregado muitos atores sociais em torno das evidências científicas, não necessariamente é representativa de escolhas ponderadas daqueles que embarcam na sua defesa. Pelo contrário, como informa Hammersley, a ideia de responsabilização pública combinou suposto êxito do uso de indicadores objetivos na gestão de empresas à pretensa superação da “ineficiência” do setor público, veiculada em campanhas de mídia.

Esse tipo de manobra, baseada na ilusão do controle público e da prestação de contas, tem emprestado grande força a proposições que miram numa ciência mais prática e, supostamente, mais científica. A subordinação dos processos de produção de conhecimento às leis de mercado e a sua instrumentalização envolve riscos diversos, como os de distorcer valores e induzir a corrosão

¹ Não foi identificada a presença da Campbell Collaboration no Brasil, embora a Cochrane Collaboration mantenha *site* ativo e indique presença e influência entre grupos de pesquisa nacionais.

de princípios, em troca de resultados que estão mais a serviço de bandeiras ideológicas regidas pelo economicismo e seu clássico critério de avaliação baseado na síntese custo-efetividade.

Por certo, a complexidade do debate acerca dos parâmetros de cientificidade e seus intrincados caminhos, num mundo em que estão em disputa visões não só distintas, mas diametralmente opostas, afeta em cheio os estudos de revisão, os quais estão longe de retratar parâmetros universais e consensuais. Ademais, não é apenas sobre o método que se fala, mas sobre o que informam as pesquisas e a quem elas servem. Nesse sentido, Sousa, Wainwright e Soares (2019, p. 12), embora operando com parâmetros de revisão, não deixam de assinalar que “‘evidência’ não são números, correlações ou estatísticas, mas o que as pessoas pensam, sentem, dizem, experimentam ou observam em contextos do mundo real”. No contexto das análises empreendidas, elas não só defendem pesquisas baseadas na Síntese de Evidências Qualitativas (SEQ), mas também preconizam sua relevância como ferramenta para informar políticas e tomadas de decisões. Nessa direção acentuam o caráter multidisciplinar dos estudos de revisão e seu potencial para “dar respostas a problemas intrincados, e de compreender objetos de caráter histórico, dinâmico, relacional ou fortuito” (Sousa; Wainwright; Soares, 2019, p. 9). Embora seja corrente a caracterização dos estudos de revisão como método, as autoras assumem a sua defesa como metodologia, por entenderem que se trata de uma investidura que exprime “a indissociabilidade entre o arcabouço teórico de uma pesquisa e o conjunto de procedimentos metodológicos coerentes com esse arcabouço” (Sousa; Wainwright; Soares, 2019, p. 10). Tal escolha, no contexto da argumentação das autoras, está assentada na crítica aos pressupostos da ciência burguesa e à defesa de pesquisas que contribuam para superar “os graves problemas provenientes das contradições de classe e para promover a mudança social” (Sousa; Wainwright; Soares, 2019, p. 11).

Formulações como essas dão a dimensão do caráter multidisciplinar dos estudos de revisão e seu potencial uso em fronteiras epistemológicas diversas. No que diz respeito à especificidade das revisões sistemáticas, sua singularidade recai sobre a meticulosidade e articulação de ingredientes diversos.

[...] As revisões sistemáticas diferem das revisões de literatura em sua metodologia estruturada, rigorosa abordagem para buscar exaustivamente o corpo da literatura sobre um tópico, sua abordagem de equipe e uma ênfase na transparência do relato. Revisões sistemáticas, para serem rotuladas como tal, seguem um conjunto específico de etapas (seja de estudos qualitativos ou quantitativos), incluindo o desenvolvimento de uma pergunta de revisão, o desenvolvimento de uma estratégia de busca, a busca em bases de dados, a triagem de estudos para inclusão e exclusão, a extração de dados, a avaliação da qualidade dos estudos primários, e a análise e síntese dos dados. Embora estas etapas gerais de uma SEQ sejam semelhantes às das revisões quantitativas de eficácia, segurança ou custo-efetividade, a maneira como estas etapas são realizadas difere devido a “herança dupla para a metodologia das SEQs” – de um lado influenciada pelos métodos das revisões sistemáticas de eficácia e, de outro, fortemente modulada pelas metodologias de pesquisa qualitativa primária. [...] (Sousa; Wainwright; Soares, 2019, p. 12).

Em Educação, o debate nacional sobre a natureza dos estudos de revisão e a revisão sistemática ainda são poucos, embora esteja em franco crescimento o número de produções que anunciam a adesão ao método. Dentre as elaborações que trouxeram parâmetros para a pesquisa aqui relatada destacam-se os escritos de Vosgerau e Romanowski (2014), Gough, Thomas e Oliver (2012) e Gough (2007). Por meio deles, percebem-se esforços para caracterizar os estudos dessa natureza e a relevância da produção de sínteses que permitam situar balanços de pesquisas e as nuances epistemológicas e de método em espaços-tempos determinados.

Caracterização dos estudos de revisão em periódicos: usos e silêncios

Os estudos de revisão, como já mencionado, são referidos a métodos que miram na produção de sínteses de pesquisas, incluindo estudos que incidem sobre diretrizes que dão lastro a ações de governos (formulação de políticas) e práticas profissionais, mas também sobre balanços da produção de conhecimento de temáticas determinadas, buscando apreender tendências e oferecer elementos que façam avançar o campo científico. Nesse caso, seu principal contributo está associado à dupla dimensão de avaliar e sintetizar resultados de pesquisas, especialmente de dados primários, com potencial para indicar lacunas e tendências em relação a um tema ou questão. Como demonstram Gough, Thomas e Oliver (2012), o quadro de tipologias de revisão é bastante abrangente e enquadramentos aligeirados podem conduzir a equívocos, especialmente quando não se distinguem diferenças entre os níveis de revisões e os estágios de desenvolvimento da pesquisa. Há grande consenso entre vários pesquisadores de que os diferenciais dos estudos dessa envergadura estão na explicitação dos desenhos metodológicos, o que inclui os pressupostos epistemológicos e os métodos, isto é, o conjunto de regras e procedimentos que medeiam a aproximação com o objeto. Esses componentes têm sido fortemente associados a rigor e a produção de resultados confiáveis, mas também como elemento de posicionamento político no campo. A transparência tem sido evocada não apenas para alcançar a credibilidade da pesquisa, mas para possibilitar que outros pesquisadores possam refazer o caminho, seja para revisar ou produzir novas sínteses (Ramos; Faria; Faria, 2014).

No caso aqui em apreço, como já mencionado, foram catalogadas 113 produções, as quais foram agrupadas segundo os temas e as tipologias de revisão adotadas. Ao todo foram registradas 27 diferentes terminologias, de acordo com a autodenominação dos autores e das autoras dos textos fontes, a saber: Estado da arte, Estado do conhecimento, Estado da arte/Estado do conhecimento, Revisão sistemática, Análise bibliométrica, Revisão de literatura, Levantamento bibliográfico, Bibliometria, Estudo bibliométrico, Abordagem qualitativa do tipo estado da arte, Mapeamento do estado da arte, Estado da arte a partir de levantamento bibliográfico, Estudo bibliográfico do tipo estado da arte, Levantamentos da produção acadêmica, Análise documental, Balanço, Estudo meta-analítico, Estudo de mapeamento de tendências, Exploratória, Mapeamento, Pesquisa bibliográfica, Pesquisa bibliográfica de largo alcance, Pesquisa bibliográfica e documental, Revisão de conjunto, Retrato aproximativo, Balanço e análise da produção acadêmica, Estudo de revisão. Não obstante a diversidade de tipologias, no universo dos 113 textos mapeados, verificou-se que, em 37 deles, os autores se abstiveram de relacionar suas produções com as tipologias, o que levou ao exercício de caracterização mais específica desse grupo, visando identificar os possíveis sinais de aproximação desses estudos com os aspectos balizadores dos métodos de revisão, segundo a bibliografia que referenciou a pesquisa. Os textos fontes foram publicados nos veículos que se enquadraram nos critérios de composição do *corpus* do estudo, conforme consta na Introdução deste artigo.

No conjunto de 37 textos fontes desse grupo, 36 são artigos e apenas um é livro. Entre eles, os autores e as autoras revelaram posturas diversas ante a possibilidade de associação às tipologias, transitando entre a explicitação das razões para a não vinculação e o silêncio, bem como o distanciamento dos debates sobre as especificidades das revisões. Tendo em vista essas e outras características, os 37 trabalhos foram distribuídos em três agrupamentos: a) 15 estudos que não realizaram tipificação de revisão, mas explicitaram parâmetros convergentes com os seus métodos, inclusive, em alguns casos, os fundamentos epistemológicos que subsidiaram a análise dos dados; b) 15 estudos igualmente destituídos de vinculação com as tipologias, mas que operaram com alguns parâmetros convergentes

com os métodos de revisão, embora não estabelecessem nexos mais explícitos com a literatura sobre o método; c) sete estudos que não explicitaram parâmetros de pesquisa relacionados com estudos de revisão, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Caracterização geral das produções, distribuição entre os agrupamentos e relação de autores(as)

Agrupamentos	Número de trabalhos e características	Autores(as)
A) Quinze estudos que não realizaram tipificação de revisão, mas <i>explicitaram parâmetros</i> convergentes com seus métodos.	Indicaram os aspectos que orientaram a coleta de dados e os parâmetros conceituais, sobretudo atinentes ao enfoque temático. Apenas dois textos fontes explicitaram interlocução com a literatura especializada sobre estudos de revisão e suas características, a saber: Marcondes; Leite; Leite (2011); Rink; Megid Neto (2009).	Brzezinski; Garrido (2001); Castro; Porto (2012); Catani; Catani; Pereira (2001); Buss-Simão; Rocha; Gonçalves (2015); Castro; Porto (2012); Cunha; Fraga; Konarzewski (2006); Freitas (2004); Leite; Borelli; Martins (2013); Lins; Nascimento (2015); Marcondes; Leite; Leite (2011); Marin; Bueno; Sampaio (2005); Moreira (2001); Rink; Megid Neto (2009); Vianna (2001); Xavier; Flôr (2015).
B) Quinze estudos que não fizeram vinculações com as tipologias, mas que <i>operaram com alguns parâmetros</i> convergentes com os métodos de revisão.	Informaram alguns parâmetros isolados concernentes aos estudos de revisão, dos quais 14 informaram a determinação de critérios de inclusão/exclusão para a composição do <i>corpus</i> da pesquisa; todos buscaram detectar lacunas, tendências e limitações das produções analisadas em relação ao tema. Prevaleceu entre esses estudos a indiferença à literatura que propõe os direcionamentos quanto aos métodos de revisão.	Silveira (2004); Bontempi Júnior (2012); Fernandes (2014); Ferreira; Moreira (2001); Consoni; Mello (2014); André; Cruz (2012); Carvalho (2015); Carvalho; Farias (2011); Paraíso (2005); Pimenta; Lisita (2004); Peixoto (2000); Rocha, Buss-Simão (2013); Gatti (2004); Canen; Arbach; Franco (2001).
C) Sete estudos que não explicitaram parâmetros de pesquisa relacionados com os estudos de revisão.	Observam-se perfis distintos no interior do próprio grupo. Dos sete trabalhos, apenas um registrou a análise de conteúdo como tipologia de pesquisa, indicando distanciamento com os termos correntes, caso do estudo apresentado por Silva; Porto (2012).	Silva; Porto (2012); Severino (2012); Cunha (2012); Silva; Nascimento (2015); Faria Filho <i>et al.</i> ; (2004); González-Gaudiano; Lorenzetti (2009); Lüdke; Boing (2007).

Fonte: Elaboração própria, com base nas fichas de análise produzidas no curso da pesquisa.

No conjunto das produções, notou-se importante interlocução com os balanços de estudos anteriores no âmbito do universo temático e da respectiva questão de estudo. Entre essas produções, destacaram-se três que, além desses aspectos, avaliaram a trajetória dos estudos em educação infantil, seus avanços e retrocessos: Campos, Füllgraf e Wiggers (2006), Rocha e Buss-Simão (2013) e Buss-Simão, Rocha e Gonçalves (2015), apresentando sínteses relativas ao tema. O contrário também aconteceu, como na situação específica do trabalho “A alfabetização e o ensino fundamental: um balanço dos estudos no

período de 1998 a 2011” (Silva; Porto, 2012), que não trouxe, em suas referências, qualquer menção a outros estudos de natureza semelhante sobre o tema da alfabetização, embora tenhamos identificado dois títulos com esse teor, a saber: “Alfabetização e leitura: qual o olhar das revistas pedagógicas” (Silveira, 2004) e “Alfabetização” (Soares; Maciel, 2000)², este último integrante da Série Estado do Conhecimento, do Inep, que também compõe o *corpus* da pesquisa que deu origem a este artigo. É importante esclarecer que, ao nos referirmos aos usos dos métodos de revisão, não nos ocupamos dos resultados das pesquisas e suas aplicações, mas de como os autores sustentaram as condutas de pesquisas.

O número restrito de textos fontes que apresentaram argumentos sobre a escolha do método de revisão e sua caracterização suscitou duas hipóteses: a primeira, de que a caracterização dos métodos ainda não foi assumida amplamente como parte do delineamento dos estudos; a outra, de que, nem sempre, a dimensão de trabalho coletivo do processo de produção de conhecimento e a respectiva interação com pares está no radar de pesquisadores, inclusive quando se trata da problematização dos métodos de revisão e seus usos na cena internacional. Nos dois casos, o silêncio pode estar associado à marcha lenta da problematização dos métodos de revisão e suas especificidades no Brasil, mas também pode apontar para o tratamento subliminar das tensões e dos conflitos de abordagens pela via da invisibilização; pode, ainda, indicar limitações no diálogo interpares, dada a abrangência dos repertórios e a dificuldade em acompanhar as tendências dos diversos paradigmas em disputa e seus fundamentos.

Como já sinalizado, os estudos de revisão e o uso de síntese sistemática, nas bases formuladas por Vosgerau e Romanowski (2014), Gough, Thomas e Oliver (2012) e Gough (2007), entre outros, ainda são pouco discutidos, mas também são atravessados por polêmicas importantes sobre os seus usos. O distanciamento dessas polêmicas induziu os pesquisadores do grupo em pauta a dar mais atenção às questões específicas em torno dos objetos, com tendência ao apartamento dos pressupostos das pesquisas de revisão. Certamente que os protocolos, de *per se*, não são suficientes para informar sobre a qualidade da pesquisa, mas emitem alguns sinais sobre os elos entre os pesquisadores na constituição do campo e a interlocução entre pares, servindo também como um indício da dimensão coletiva da pesquisa, isto é, um trabalho que envolve algum grau de acompanhamento dos ciclos de produção, debates em curso, desafios e rupturas com entendimentos particularizados. No agrupamento que reuniu os sete trabalhos que não indicaram alinhamentos mais diretos com estudos de revisão, observou-se não só a ausência desses protocolos, mas também o silêncio quanto às estratégias de busca e extração dos dados, além de sínteses conceituais. A maioria pretendeu oferecer visões panorâmicas sobre os temas, o que denota uma relação de independência diante dos parâmetros do método. Um exemplo desses casos específicos pode ser encontrado no artigo que informa a intenção dos autores de realizar um estado da arte, abrangendo diferentes países da América Latina, embora não explicitem os protocolos de coleta de dados, a exemplo da composição do *corpus* e os critérios de inclusão e exclusão. Ademais, como propõe Gough (2007), um estudo de revisão intelectualmente comprometido com o campo tem como requisito básico a explicitação da questão e os critérios associados para a inclusão de estudos. Os critérios de inclusão e exclusão não são simples detalhes, mas parte das ferramentas que informam os parâmetros de cientificidade no diálogo entre pares. Gough (2007) defende que a não explicitação de parâmetros de pesquisa constitui numa querela que resulta não apenas em ineficiência de esforço de consolidar evidências científicas, mas afeta os resultados e a sua interpretação.

² Este estudo não integra o grupo dos que não informaram o tipo de revisão.

Em relação ao conjunto dos trabalhos, dos três agrupamentos apresentados, os autores variaram os critérios de inclusão dentro de um repertório relativamente previsível, abrangendo o tema, a temporalidade (recorte temporal), a localização espacial, a origem institucional, a designação do formato do texto (tese, dissertação, artigo, comunicações em anais de eventos, catálogo de teses), assim como a classificação (avaliação) dos periódicos, em que tanto a internacionalização quanto o Qualis são mencionados. Em alguns casos, houve combinação dos critérios, mas também foram identificados trabalhos que não informaram critérios, como no caso dos sete estudos que não explicitaram os parâmetros de pesquisa.

Além do tema e do veículo de circulação das publicações, o formato textual constituiu critério de seleção com grande peso, abrangendo teses, dissertações, artigos, comunicações em anais de eventos, incluindo resumos. Os livros foram citados em apenas dois trabalhos e, em um desses casos, combinado a outros formatos textuais. Tal situação pode estar associada aos movimentos recentes de mais valorização de veículos de rápida circulação e à facilidade de acesso aos arquivos digitais. Em relação aos demais critérios, nota-se o direcionamento para algumas especificidades, como a classificação/avaliação dos periódicos e as combinações, citadas em seis trabalhos; a origem institucional, citada em oito; as palavras-chave/descriptores, em dois; a faixa etária, em apenas um trabalho.

Em relação ao trato das fontes, dos 37 trabalhos, oito não fizeram constar essa informação, 23 realizaram a leitura completa dos textos fontes; seis realizaram apenas a leitura dos resumos e um combinou a isso a leitura completa de parte dos textos. Esses dados indicam a tendência de mudança de comportamento de pesquisadores no trato das fontes, revelando que a crítica à leitura parcial ou de tópicos selecionados, a exemplo do resumo, vem gerando repercussões.

Os estudos sinalizam para um jogo em que predomina o silêncio em torno da problematização dos regramentos científicos e sua dimensão coletiva. Com isso, observam-se modos particulares de fazer valer os princípios de diferenciação que atravessam o fazer científico, sem que isso revele novas escalas relativas aos métodos de revisão, dada a pouca manifestação explícita nesse quesito. Isso nos coloca o desafio de pensar sobre os princípios de diferenciação que atravessam o fazer científico, sem, contudo, menosprezar as lutas em torno dos parâmetros de cientificidade adotados.

Cientes de que nem todos os resultados de pesquisa têm idêntica trajetória, esses registros não incidem sobre qualquer julgamento de mérito das produções. Em que pese a não associação de alguns trabalhos com as tipologias de revisão, assim como o distanciamento em relação a estudos anteriores, foram correntes as posições favoráveis aos balanços periódicos da produção. Como relembra Gough (2007), os conceitos de revisão e síntese não são recentes, mas os esforços para articular achados às explicações são cada vez mais centrais, tanto mais o volume de pesquisas cresce e o diálogo entre pares passa pelo reconhecimento à diversidade, dentro de referências partilhadas, o que não quer dizer consensuais.

A produção da área, além dos aspectos metodológicos, desde algum tempo, também tem como desafio o enfrentamento de componentes que alimentam ciclos de desigualdade entre os pares. Esses desequilíbrios e suas repercussões na produção acadêmica não são recentes, como denota Gatti (2001, p. 69):

As novas perspectivas com que se trabalhou na pesquisa educacional, na década de 1980 até meados de 1990 assentaram-se em críticas relativas à questão de teoria e método que não estão resolvidas, mas deram novo impulso aos trabalhos e alimentaram alguns grupos de ponta na pesquisa. Assim, a qualidade de produção vai se revelar muito desigual quanto ao seu embasamento ou elaboração ou quanto a utilização de certos procedimentos de coleta de dados e de análise.

Ao avaliar a importância das evidências na pesquisa educacional, Gough (2007, p. 63) chega a afirmar que “o principal método de avaliação é a reputação da pessoa que fornece a revisão ou a opinião especializada”. Agregado a isso, deve-se lembrar de que, embora a pesquisa e a produção de conhecimentos possam agregar valor em razão da experiência e de outros atributos pessoais/autorais dos sujeitos envolvidos, não se resumem a eles, motivo pelo qual não basta qualificar as produções com base nas características isoladas dos pesquisadores ou de grupos específicos, mas estender o olhar aos fluxos das políticas científicas que colaboram para a expansão ou retração dos movimentos acadêmicos, seus propósitos e efeitos sobre as relações de força do campo. O tempo da pesquisa, o trabalho em equipe, a consolidação de grupos de pesquisa, o financiamento de estudos, o investimento na formação, a cooperação de pesquisadores, a construção de redes de interação e a problematização dos desafios postos ao campo são alguns dos componentes importantes para apreciação das produções na área e a sua expressão coletiva.

No caso dos 37 textos fontes, as redes de pesquisa não emergiram como informações relevantes, mas verificou-se que algumas produções envolveram pesquisadores de mais de uma instituição. O financiamento foi um elemento que também chamou atenção pela presença inexpressiva, posto que apenas seis comunicaram a vinculação com alguma agência de fomento, notadamente as públicas. Em alguns casos raros, foi registrada mais de uma instituição financiadora. As agências citadas foram: Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Fundação Carlos Chagas (FCC); CNPq e Fapemig; CNPq e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O número reduzido de trabalhos que contaram com financiamento reflete as dificuldades das áreas de Ciências Humanas e Sociais, bem como os desequilíbrios na definição de prioridades nas políticas científicas.

Os dados encontrados nesses quesitos, portanto, não se restringem ao universo empírico aqui apresentado, mas revelam aspectos atinentes ao cenário acadêmico brasileiro e ao espaço ocupado pela área de Educação, na qual fazer pesquisa exige o enfrentamento de dificuldades de diversas ordens: financeira, técnica e estrutural, incluindo a intermitência das políticas científicas, que tem conduzido tanto ao desestímulo de novas gerações de pesquisadores quanto à precarização das condições de trabalho de quem está imerso no contexto nacional de grande flutuação política. Nesse quadrante sobressaem a sobrecarga de trabalho e o desenvolvimento de múltiplas atividades inerentes à docência, muitas vezes colocada em oposição às atividades de pesquisa. Isso ganha proporções ainda mais críticas à medida que toda ou quase toda política científica passa a ser subordinada a desenhos formativos aligeirados na pós-graduação, conforme se consolida a avaliação externa conduzida pela Capes, focada nas métricas uniformizadoras e pouco informadas quanto à relevância da pós-graduação em contextos específicos, sobretudo nas humanidades.

Considerações finais

A pesquisa demonstrou que, apesar do uso crescente das revisões na área de Educação, nem todas as produções que compuseram a base empírica deste artigo teceram conexões mais diretas com os debates em circulação, notadamente quanto às tipologias, suas diferenças e seus usos no campo. Os dados empíricos evidenciaram que as articulações com os estudos de revisão se deram em níveis diferentes de profundidade entre as 37 produções. De um lado, os estudos foram omissos

quanto aos procedimentos que mediaram a aproximação com o objeto; por outro, foram mais efetivos no diálogo com os conceitos na dimensão temática.

Em grande medida, as produções foram mais explícitas quanto à elaboração de sínteses em torno de uma questão ou de uma temática, o que, por si só, não desqualifica as investidas realizadas, embora indique pouca interação com os debates em torno dos métodos de revisão e sua associação a protocolos que permitam a verificação e problematização de resultados.

Em termos políticos, a explicitação das escolhas epistemológicas tanto pode representar formas de mobilizar apoio, exaltar determinados grupos de pesquisa e instituições, como podem indicar exclusões e oposições teóricas. É parte do jogo acadêmico lidar com isso e problematizar os sinais que as escolhas emitem a respeito da dimensão coletiva da pesquisa, incluindo os posicionamentos sobre as condutas frente aos métodos.

Nesse sentido, comparando a incursão de Davies (2007) na defesa das evidências científicas (que é parte dos métodos de revisão) e a crítica de Hammersley (2007), é notório que os estudos de revisão não se resumem aos enquadramentos de certo ou errado, bom ou ruim, posto que a aproximação crítica com o debate desafia os(as) pesquisadores(as) do campo a tecer interpretações mais amplas com análises situadas e contextualizadas. Ademais, mesmo entre os defensores da pesquisa referida a resultados,

a pesquisa não é neutra e seus resultados dependerão, é claro, de visões de mundo específicas que são parte de debates ideológicos mais amplos e disputas em muitas arenas, incluindo tanto o fornecimento de pesquisa quanto seu uso. Embora possam derivar de bases conceituais e ideológicas diferentes, ter legitimidades diferenciadas com distintos produtores e usuários da pesquisa e ser usadas de muitas formas racionais e não racionais, elas perdem muito de sua legitimidade pública se não se considerar que contribuem pelo menos parcialmente para o processo de tomada de decisões. (Gough, 2007, p. 57).

Com efeito, o posicionamento diante dos métodos na pesquisa em educação não se limita a meras escolhas instrumentais, mas informa escalas complexas de análises conceituais, no mais das vezes, minimizadas nos debates relativos à cientificidade. Nesse sentido, a dimensão coletiva da pesquisa desafia-nos a um fazer que não se encerra em atos isolados, uma vez que envolve interlocuções, articulações, administração de conflitos e enfrentamento de contradições que emergem não só dos posicionamentos políticos em disputa, mas do confronto dos conhecimentos estabelecidos e dos métodos, mesmo entre aqueles que assumem perspectivas próximas. Em tempos de política educacional global, é fundamental manter no radar a problematização das abordagens em voga e as lógicas que presidem as agendas de pesquisas. No Brasil, em especial, não se pode perder de vista que essa dimensão coletiva vem sendo atropelada pela intermitência das políticas científicas e sua subordinação aos métodos baseados em evidências e que têm como centro de referência a suposta demonstração de práticas que funcionam, isto é, que oferecem resultados que possam respaldar decisões de governos, como parte da agenda internacional global.

Considerando o processo de produção do conhecimento como parte e expressão de lutas no interior do campo, saber como os diferentes grupos põem em movimento suas lógicas e que implicações elas trazem frente aos projetos de educação é fundamental não apenas para o enriquecimento das análises, mas, também, para o seu posicionamento. Em outras palavras, os métodos de revisão podem ser assumidos de modos distintos e em diferentes áreas, seja nas ciências naturais, médicas, humanas, mas a explicitação dos seus regramentos é parte do jogo científico que possibilita interações claras entre os pares. Como propõe Bourdieu (1996, p. 83),

[...] é particularmente válida para os universos sociais relativamente autônomos que chamo de campos, nos quais profissionais da produção simbólica enfrentam-se em lutas que têm como alvo a imposição de princípios legítimos de visão e de divisão do mundo natural e do mundo social. Segue-se que uma das tarefas principais de uma ciência da ciência consiste em determinar o que o campo científico tem em comum com os outros campos, o campo religioso, o campo filosófico, o campo artístico etc., e no que se difere destes.

Em qualquer abordagem sobre estudos de revisão, há acordo geral acerca da importância da explicitação das escolhas conceituais, não só quanto ao tema mas também no que concerne à caracterização do método, como parte da sustentação dos resultados e das expectativas em torno da pesquisa. Os silêncios em torno de aspectos dessa ordem não são algo menor, uma vez que o campo é um espaço de posicionamentos e não comporta indiferenças. As produções aqui situadas, nesse sentido, evidenciaram que o jogo nem sempre se faz notar pelos anúncios, mas pelos silêncios. Decifrá-los e posicioná-los é parte dos desafios que estão postos para a área.

Referências

- ANDRÉ, M.; CRUZ, G. B. A produção do conhecimento didático na RBEP (1998- 2010). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 93, n. 234, p. 443-462, maio/ago. 2012. Número especial.
- BONTEMPI JÚNIOR, B. A história da educação na RBEP (1999-2011). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 93, n. 234, p. 502-518, maio/ago. 2012. Número especial.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9. ed. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. *Os usos sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *Plano Nacional de Pós-Graduação: PNPG 2011-2020*. Brasília, DF: Capes, 2010. v. 1.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Estado de Conhecimento*. Brasília, DF, [2014]. Disponível em: <https://estadoconhecimento.inep.gov.br/ojs3/index.php/estadoconhecimento/issue/archive>. Acesso em: 3 dez. 2025.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Pergamum: [catálogo da Biblioteca do Centro de Informação e Biblioteca em Educação do Inep]*. Brasília, DF, c2025. Disponível em: <https://pergamum.inep.gov.br>. Acesso em: 3 dez. 2025.
- BRZEZINSKI, I.; GARRIDO, E. Análise dos trabalhos do GT Formação de Professores: o que revelam as pesquisas do período 1992-1998. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 82-100, 2001.

BUSS-SIMÃO, M.; ROCHA, E. A. C.; GONÇALVES, F. Percursos e tendências da produção científica sobre crianças de 0 a 3 anos na Anped. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 96, n. 242, p. 96-111, jan./abr. 2015.

CAMPOS, M. M.; FÜLLGRAF, J.; WIGGERS, V. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87-128, 2006.

CANEN, A.; ARBACHE, A. P.; FRANCO, M. Pesquisando multiculturalismo e educação: o que dizem as dissertações e teses. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 161- 181, 2001.

CARVALHO, I. C. M.; FARIAS, C. R. O. Um balanço da produção científica em educação ambiental de 2001 a 2009 (Anped, Anppas e Epea). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 119-134, jan./abr. 2011.

CARVALHO, L. M. Estudos analíticos sobre políticas educativas: um ensaio a partir da investigação doutoral realizada em Portugal (2000-2012). *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 1023-1040, out./dez. 2015.

CASTRO, P. M. R.; PORTO, G. S. Avaliação de resultados da capacitação via estágios pós-doutorais: breves notas sobre a produção científica em periódicos. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 74, p. 51-72, 2012.

CATANI, A. M.; CATANI, D. B.; PEREIRA, G. R. M. As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, através de periódicos da área. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 63-85, 2001.

CONSONI, J. B.; MELLO, R. R. Cadernos de Pesquisa: psicologia e educação no ensino e aprendizagem escolar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 44, n. 154, p. 1070-1092 out./dez. 2014.

CUNHA, M. I. Educação superior em pauta: balanço das publicações na RBEP no período 1997-2011. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 93, n. 234, p. 389-400, maio/ago. 2012. Número especial.

CUNHA, M. I.; FRAGA, E. A. T.; KONARZEWSKI, S. E. Avaliando a educação superior como tema de estudo: um olhar sobre as dissertações e teses produzidas no RS. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 113-129, 2006.

DAVIES, P. Revisões sistemáticas e a Campbell Collaboration. In: THOMAS, G. *Educação baseada em evidências: a atualização dos achados científicos para a qualificação da prática pedagógica*. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 31-43.

FARIA FILHO, L. M. et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FERNANDES, F. S. Abordagens do planejamento educacional em Cadernos de Pesquisa (1972-1986). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 44, n. 153, p. 522-546, jul./set. 2014.

FERREIRA, M. S.; MOREIRA, A. F. B. A história da disciplina escolar Ciências nas dissertações e teses brasileiras no período de 1981-1995, *Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 154-166, jul./dez. 2001.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas "Estado da Arte". *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.

FREITAS, M. T. A. O pensamento de Vygotsky nas reuniões da Anped (1998-2003). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 109-138, 2004.

GATTI, B. A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 113, p. 65-81, 2001.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em Educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, E.; LORENZETTI, L. Investigação em educação ambiental na América Latina: mapeando tendências. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 191-211, dez. 2009.

GOUGH, D. Síntese sistemática de pesquisa. In: THOMAS, G. *Educação baseada em evidências: a atualização dos achados científicos para a qualificação da prática pedagógica*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 57-76.

GOUGH, D.; THOMAS, J.; OLIVER, S. Clarifying differences between review designs and methods. *Systematic Reviews*, [S. l.], v. 1, p. 1-9, 2012.

HAMMERSLEY, M. Algumas questões sobre prática baseada em evidências na educação. In: THOMAS, G. *Educação baseada em evidências: a atualização dos achados científicos para a qualificação da prática pedagógica*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2007. p.143-160.

JACOMINI, M. A. *et al.* Estudos de revisão em educação: tipologias e (des)alinhamentos conceituais. *Currículo sem Fronteiras*, [S. l.], v. 23, e1924, 2023.

LEITE, L. P.; BORELLI, L. M.; MARTINS, S. E. S. O. Currículo e deficiência: análise de publicações brasileiras no cenário da educação inclusiva. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 63-92, 2013.

LINS, H. A. M.; NASCIMENTO, L. C. R. Algumas tendências e perspectivas em artigos publicados de 2009 a 2014 sobre surdez e educação de surdos. *Pro-Posições*, Campinas, v. 26, n. 78, p. 27-40, 2015.

LÜDKE, M.; BOING, L. A. O trabalho docente nas páginas de Educação & Sociedade em seus (quase) 100 números. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1179-1201, out. 2007. Número especial.

- MARCONDES, M. I.; LEITE, M. S.; LEITE, V. F. A pesquisa contemporânea em didática: contribuições para a prática pedagógica. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 305-334, 2011.
- MARIN, A. J.; BUENO, J. G. S.; SAMPAIO, M. M. F. Escola como objeto de estudo nos trabalhos acadêmicos brasileiros: 1981/1998. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 171-199, 2005.
- MARTINS, A. M.; SOUSA, S. Z. A produção científica sobre avaliação educacional e gestão de sistemas e de escolas: o campo da questão entre 2000 e 2008. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 74, p. 9-26, 2012.
- MOREIRA, A. F. B. A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): avanços, desafios e tensões. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 65-81, 2001.
- PARAÍSO, M. A. Currículo-mapa: linhas e traçados das pesquisas pós-críticas sobre currículo no Brasil. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 67-82, 2005.
- PEIXOTO, M. C. L. (Org.). *Educação superior: avaliação da produção científica*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária/UFMG, 2000.
- PIMENTA, S. G.; LISITA, V. M. S. S. Pesquisas sobre professores e sua formação: uma análise de pesquisas desenvolvidas no programa de Pós-Graduação da FEUSP: 1990 a 1998. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 87-109, dez. 2004.
- RAMOS, A.; FARIA, P. M.; FARIA, A. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 17-36, 2014.
- RINK, J.; MEGID NETO, J. Tendências dos artigos apresentados nos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 235-263, 2009.
- ROCHA, E. A. C.; BUSS-SIMÃO, M. Infância e educação: novos estudos e velhos dilemas da pesquisa educacional. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 943-954, 2013.
- SEVERINO, A. J. A filosofia da educação na RBEP: o debate filosófico nos últimos 15 anos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 93, n. 234, p. 519-536, maio/ago. 2012.
- SILVA, A. M. M.; PORTO, Z. G. A alfabetização e o ensino fundamental: um balanço dos estudos de 1998 a 2011. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 93, n. 234, p. 463-485, 2012.
- SILVA, M. C.; NASCIMENTO, S. S. Educação ambiental na UFMG – 1998-2011: pesquisas acadêmicas. *Avaliação*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 401-422, jul. 2015.
- SILVEIRA, R. M. H. Alfabetização e leitura: qual o olhar das revistas pedagógicas? *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 163-178, 2004.

SOARES, M. B.; MACIEL, F. (Org). *Alfabetização*. Brasília, DF: MEC; Inep; Comped, 2000. (Série Estado do Conhecimento, n. 1).

SOUSA, M. S. A.; WAINWRIGHT, M.; SOARES, C. B. Sínteses de evidências qualitativas: guia introdutório. *BIS: Boletim do Instituto de Saúde*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 7-22, 2019.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n.16, p. 20-45, 2006.

VERGER, A. A política educacional global: conceitos e marcos teóricos chave. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 9-33, jan./abr. 2019.

VIANNA, C. A produção acadêmica sobre organização docente: ação coletiva e relações de gênero. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 77, p. 100-130, 2001.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014.

XAVIER, P. M. A.; FLÔR, C. C. C. Saberes populares e educação científica: um olhar a partir da literatura na área de ensino de ciências. *Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências*, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 308-328, 2015.

Recebido em 25 de novembro de 2024.

Aprovado em 6 de outubro de 2025.

Editora científica responsável: Ivanilde Apoluceno de Oliveira.

Disponibilidade de Dados:

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).